

SUMÁRIO

Título XXXVI – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS

Capítulo CXLVI – Conceitos gerais – o sistema

- 2.197. a admissibilidade dos meios de impugnação –
recorribilidade das decisões jurisdicionais 29
- 2.198. o princípio do duplo grau de jurisdição e a estrutura
hierarquizada do Poder Judiciário 31
- 2.199. o sistema brasileiro de meios de impugnação
das decisões jurisdicionais – diversos patamares
hierarquizados 35
- 2.200. colegialidade e singularidade no julgamento pelos
tribunais 36
- 2.201. uma forte tendência à singularização do julgamento
nos tribunais 37

Capítulo CXLVII – Recursos – teoria geral

- 2.202. conceito de recurso 39
- 2.203. um procedimento na mesma relação processual 42

2.204.	alongar a litispendência e impedir preclusões ou a coisa julgada	42
2.205.	o direito recursal e a tutela constitucional dos recursos .	44
2.206.	a teoria geral dos recursos	47
2.207.	o direito aos recursos	48
2.208.	limitação temporal ao direito de recorrer	50
2.209.	unirrecorribilidade e unicidade recursal	51
2.210.	conversão de um recurso em outro	53

Capítulo CXLVIII – Espécies e classificações

2.211.	espécies recursais no sistema brasileiro de processo civil – classificações	57
2.212.	ainda as classificações	58
2.213.	tipicidade dos recursos e taxatividade do elenco legal (<i>numerus clausus</i>)	59
2.214.	a adequação do recurso – ainda uma vez a conversão do recurso inadequado segundo a lei (a chamada <i>fungibilidade</i>)	60

Capítulo CXLIX – Pressupostos de admissibilidade dos recursos

2.215.	entre o direito aos recursos e os pressupostos aos quais está condicionado	65
2.216.	pronunciamentos judiciais recorríveis e adequação dos recursos	66
2.217.	classificações dos pressupostos recursais	67
2.218.	admissibilidade e mérito dos recursos – os pressupostos de admissibilidade destes	68
2.219.	legitimidade e interesse	69
2.220.	legitimidade recursal ordinária – as partes	70
2.221.	legitimidade recursal do terceiro prejudicado	73

2.222.	outros meios de defesa de direitos pelo terceiro prejudicado	78
2.223.	legitimidade recursal do Ministério Público	79
2.224.	legitimidade <i>daquele que deveria ter sido ouvido e não o foi</i>	80
2.225.	legitimidade recursal passiva	81
2.226.	interesse recursal	81
2.227.	entre os pressupostos intrínsecos e os extrínsecos	84
2.228.	competência	85
2.229.	tempestividade (prazo)	86
2.230.	recurso adesivo	89
2.231.	recurso adesivo ao recurso adesivo – inadmissibilidade	95
2.232.	recurso adesivo cruzado	95
2.233.	recurso adesivo eventual	97
2.234.	iniciativa regular da parte – o ato de interposição do recurso	98
2.235.	preparo dos recursos	103
2.236.	juízos de admissibilidade dos recursos	106
2.237.	regularidade formal do procedimento recursal	108
2.238.	desistência, renúncia e aquiescência (pressupostos negativos dos recursos)	110
2.239.	a desistência e a renúncia	111
2.240.	desistência do recurso	113
2.241.	desistência do recurso e desistência da ação	117
2.242.	renúncia ao direito de recorrer	118
2.243.	renúncia ao direito de recorrer e renúncia ao direito subjetivo material	121
2.244.	aquiescência	121
2.245.	pressupostos específicos de certos recursos	122

Capítulo CL – Efeitos dos recursos

2.246.	o quadro geral dos efeitos recursais	125
2.247.	o efeito devolutivo	126
2.248.	dimensões da devolução – horizontal, vertical e subjetiva	128
2.249.	devoluções parciais, preclusão e coisa julgada	131
2.250.	destinatários da devolução (competência recursal)	131
2.251.	devolução cancelada	134
2.252.	efeito suspensivo	136
2.253.	recursos com e recursos sem efeito suspensivo	138
2.254.	momento de início da suspensão	140
2.255.	o efeito suspensivo e a natureza da sentença	141
2.256.	dimensões temporais do efeito suspensivo	144
2.257.	as dimensões objetivas do efeito suspensivo	145
2.258.	capítulos sujeitos e capítulos não sujeitos à suspensão .	146
2.259.	efeitos do juízo de admissibilidade pelo órgão <i>a quo</i> ...	147
2.260.	efeitos do juízo de admissibilidade pelo órgão <i>ad quem</i>	148
2.261.	cassação e substituição – efeitos do julgamento do recurso pelo órgão destinatário	150
2.262.	cassação da decisão recorrida – efeito do conhecimento do recurso	150
2.263.	cassação da decisão anulada	152
2.264.	substituição da decisão recorrida – efeito do julgamento do mérito do recurso	153
2.265.	efeitos dos recursos em relação à tutela provisória	154
2.266.	antecipação da tutela recursal e decisões sobre os efeitos dos recursos	155

Capítulo CLI – Limites dos recursos (objeto, fundamentos e pessoas)

2.267.	limites horizontais e verticais ao julgamento dos recursos	159
--------	---	-----

2.268.	dimensão horizontal – o objeto do recurso	160
2.269.	entre o objeto do processo e o objeto do recurso	164
2.270.	necessário decidir sobre todo o objeto do recurso	165
2.271.	decisão do <i>meritum causæ</i> em apelação contra sentença terminativa (CPC, art. 1.013, § 3º)	165
2.272.	dimensão vertical – questões a serem decididas	168
2.273.	fundamentos omitidos ou rejeitados pelo juízo inferior	170
2.274.	dimensão subjetiva	172

Capítulo CLII – O procedimento e o julgamento pelos tribunais

2.275.	a regularidade procedimental como pressuposto da admissibilidade dos recursos	175
2.276.	disposições gerais contidas no Código de Processo Civil – não só sobre os procedimentos	176
2.277.	as regras procedimentais básicas – a linha dos procedimentos	176
2.278.	sustentação oral	178
2.279.	os procedimentos recursais e seus incidentes	181

Capítulo CLIII – Incidentes nos procedimentos perante os tribunais

2.280.	perfil sistemático dos incidentes	183
2.281.	o incidente de arguição de inconstitucionalidade – <i>reserva de Plenário</i>	184
2.282.	o incidente de resolução de demandas repetitivas	188
2.283.	o incidente de julgamento do recurso especial ou do recurso extraordinário repetitivo	192
2.284.	o incidente de assunção de competência	192
2.285.	o julgamento estendido	195

Capítulo CLIV – Apelação

2.286.	perfil sistemático do instituto	197
2.287.	hipótese abstrata de admissibilidade (adequação do recurso)	198
2.288.	indeferimento da petição inicial ou improcedência liminar da demanda	200
2.289.	hipóteses controvertidas	201
2.290.	os pressupostos gerais de admissibilidade	204
2.291.	competência	204
2.292.	tempestividade (prazo)	204
2.293.	apelação adesiva	205
2.294.	o ato de interposição do recurso	205
2.295.	preparo	206
2.296.	a apresentação do recurso	207
2.297.	as dimensões do recurso de apelação	207
2.298.	o objeto do recurso	208
2.299.	além dos pedidos do apelante	209
2.300.	anulação da decisão e julgamento do mérito pelo tribunal	210
2.301.	decisões sobre matéria preliminar incluídas na sentença	211
2.302.	a apelação e as decisões interlocutórias insuscetíveis de agravo de instrumento	213
2.303.	as questões devolvidas ao tribunal	213
2.304.	fundamentos não acolhidos em primeira instância e devolvidos ao tribunal com a apelação	214
2.305.	prescrição e decadência	215
2.306.	dimensão subjetiva da apelação	216
2.307.	apelação na execução	216
2.308.	o efeito suspensivo do recurso de apelação	218

2.309.	cumprimento provisório de sentença	220
2.310.	hipoteca judiciária	221
2.311.	juízo de admissibilidade do recurso de apelação	223
2.312.	o procedimento no tribunal e o julgamento pelo colegiado	223
2.313.	julgamento estendido	224
2.314.	sustentação oral	225
2.315.	antecipação da tutela recursal e concessão de efeito suspensivo	225

Capítulo CLV – Agravo de instrumento

2.316.	perfil sistemático do recurso	229
2.317.	hipóteses abstratas de admissibilidade	231
2.318.	hipóteses controvertidas	238
2.319.	taxatividade mitigada	239
2.320.	os pressupostos gerais de admissibilidade	240
2.321.	competência	241
2.322.	apresentação diretamente ao tribunal – o conteúdo indispensável das razões de agravo de instrumento	241
2.323.	documentos indispensáveis ao agravo de instrumento ..	243
2.324.	comunicação ao juízo de primeiro grau, retratação da decisão por este e possibilidade de novo recurso pela parte contrária	244
2.325.	preparo	246
2.326.	a apresentação do recurso	246
2.327.	o procedimento no tribunal e o julgamento pelo colegiado	247
2.328.	juízo de admissibilidade pelo relator	248
2.329.	julgamento estendido – admissibilidade restrita	248
2.330.	sustentação oral – admissibilidade restrita	249

2.331.	efeito devolutivo – sem efeito suspensivo	250
2.332.	antecipação da tutela recursal e concessão de efeito suspensivo	251
2.333.	sentença proferida depois de interposto o agravo de instrumento	252

Capítulo CLVI – Recurso ordinário

2.334.	perfil sistemático do recurso	255
2.335.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação do recurso)	257
2.336.	inadmissibilidade do recurso extraordinário e do especial quando for admissível o recurso ordinário	260
2.337.	pressupostos gerais de admissibilidade	260
2.338.	competência	261
2.339.	o objeto do recurso ordinário	261
2.340.	a amplitude do objeto do recurso ordinário	262
2.341.	sem efeito suspensivo	262
2.342.	preparo	263
2.343.	o procedimento	264
2.344.	juízos de admissibilidade	264
2.345.	o julgamento	265

Capítulo CLVII – Recurso especial e recurso extraordinário

2.346.	perfil sistemático do recurso especial e do extraordinário	268
2.347.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação dos recursos)	270
2.348.	somente questões de direito e não de fato – somente direito federal e não local ou contratual	271
2.349.	admissibilidade contra julgamentos em única ou última instância	272

2.350.	o conteúdo e a origem das decisões recorríveis	275
2.351.	a origem dos acórdãos impugnados no recurso extraordinário ou no especial (o órgão <i>a quo</i>)	277
2.352.	os pressupostos específicos do recurso extraordinário ..	278
2.353.	contrariedade do acórdão recorrido à Constituição Federal (Const., art. 102, inc. III, letra <i>a</i>)	278
2.354.	violação direta e não reflexa	280
2.355.	declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (Const., art. 102, inc. III, letra <i>b</i>)	280
2.356.	declaração de validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal (Const., art. 102, inc. III, letra <i>c</i>)	283
2.357.	declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal (Const., art. 102, inc. III, letra <i>d</i>)	283
2.358.	repercussão geral – o conceito e a exigência	284
2.359.	repercussão geral – a demonstração pelo recorrente, casos de dispensa e a decisão pelo Supremo Tribunal Federal	286
2.360.	repercussão geral – precedente obrigatório	289
2.361.	os pressupostos específicos do recurso especial	290
2.362.	contrariedade a tratado ou lei federal ou negativa de sua vigência (Const., art. 105, inc. III, letra <i>a</i>)	291
2.363.	declaração de validade de ato de governo local contestado em face de lei federal (Const., art. 105, inc. III, letra <i>b</i>)	292
2.364.	interpretação da lei federal divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (Const., art. 105, inc. III, letra <i>c</i>)	292
2.365.	sobre a divergência autorizadora do recurso especial ...	293
2.366.	confronto analítico – um requisito formal e a razão de sua exigência	295
2.366-A.	a relevância da questão federal	297

2.367.	admissibilidade ou mérito?	298
2.368.	os fundamentos inatacados – o ônus de impugnar todos os fundamentos do acórdão	300
2.369.	cassação e substituição pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça	303
2.370.	as dimensões do recurso especial e do recurso extraordinário (horizontal e vertical)	304
2.371.	a interposição do recurso especial e do extraordinário .	306
2.372.	a assinatura do advogado e a regularidade da representação	308
2.373.	prequestionamento	310
2.374.	o prazo e o recurso adesivo	313
2.375.	preparo	313
2.376.	sem efeito suspensivo	314
2.377.	concessão de efeito suspensivo – regras sobre a competência	314
2.378.	a conversão do recurso extraordinário em recurso especial e do especial em extraordinário	317
2.379.	o primeiro dos juízos de admissibilidade do recurso extraordinário ou do especial	318
2.380.	os recursos contra o juízo negativo de admissibilidade proferido pela presidência ou vice-presidência do tribunal <i>a quo</i>	321
2.381.	o procedimento nos Tribunais Superiores – o juízo de admissibilidade pelo relator ou pelo Presidente	324
2.382.	o julgamento do recurso especial ou do extraordinário pelo Tribunal Superior	325
2.383.	sustentação oral	325
2.384.	o incidente de julgamento do recurso especial ou do recurso extraordinário repetitivo	326
2.385.	recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito	327

2.386.	multiplicidade de recursos	328
2.387.	iniciativa e afetação	328
2.388.	sobrestamento de todos os recursos versando a mesma questão jurídica	329
2.389.	competência	330
2.390.	desistência do recurso extraordinário ou especial afetado	331
2.391.	o processamento e o julgamento dos recursos afetados ...	332
2.392.	formação de precedentes de observância obrigatória	334

Capítulo CLVIII – Agravo em recurso especial e recurso extraordinário

2.393.	perfil sistemático do recurso	337
2.394.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação dos recursos)	338
2.395.	processamento	339

Capítulo CLIX – Agravos internos

2.396.	perfil sistemático dos agravos internos	341
2.397.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação dos agravos internos)	342
2.398.	nos tribunais locais	343
2.399.	nos Tribunais Superiores	345
2.400.	pressupostos gerais de admissibilidade	345
2.401.	legitimidade e interesse	345
2.402.	competência	346
2.403.	preparo	347
2.404.	prazo	347
2.405.	o processamento dos agravos internos	348
2.406.	em princípio, sem sustentação oral	349
2.407.	sem julgamento estendido	349

2.408.	sem efeito suspensivo	350
2.409.	possibilidade de retratação	350
2.410.	o agravo interno abusivo e a multa cominada ao agravante	350

Capítulo CLX – Embargos de divergência

2.411.	perfil sistemático do recurso – analogia com o recurso especial fundamentado em dissídio entre julgados	353
2.412.	hipóteses abstratas de admissibilidade – somente acórdãos em recurso extraordinário ou em recurso especial?	355
2.413.	órgãos do mesmo tribunal (STF ou STJ)	357
2.414.	acórdãos de mérito	359
2.415.	similitude fática e jurídica	361
2.416.	divergência atual	363
2.417.	confronto analítico – um requisito formal e a razão substancial de sua exigência	364
2.418.	os pressupostos gerais de admissibilidade dos recursos	365
2.419.	competência	366
2.420.	sem efeito suspensivo	367
2.421.	o procedimento e o primeiro juízo de admissibilidade .	367
2.422.	a sessão de julgamento – sustentação oral	369

Capítulo CLXI – Embargos de declaração

2.423.	perfil sistemático do recurso	371
2.424.	contra decisões de qualquer natureza e qualquer instância	374
2.425.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação do recurso)	374
2.426.	obscuridade	375
2.427.	contradição	376

2.428.	omissão	376
2.429.	omissões quanto à fundamentação	378
2.430.	omissões quanto aos pedidos	380
2.431.	erro material	381
2.432.	o erro material como fundamento para os embargos de declaração	382
2.433.	embargos de declaração com pretensão de infringência	383
2.434.	legitimidade e interesse	386
2.435.	o efeito interruptivo do prazo para outros recursos	387
2.436.	embargos protelatórios ou abusivos	390
2.437.	convivência com outros recursos	391
2.438.	embargos declaratórios e prequestionamento	392
2.439.	competência	394
2.440.	o prazo e o ato de oposição do recurso	395
2.441.	sem preparo	395
2.442.	efeitos dos embargos de declaração	396
2.443.	contraditório – intimação do embargado	398
2.444.	o procedimento e o julgamento dos embargos declaratórios	399
2.445.	conversão em agravo interno	399
2.446.	os efeitos do julgamento dos embargos de declaração .	400
 Capítulo CLXII – Ação rescisória		
2.447.	perfil sistemático do instituto	404
2.448.	o direito à rescisão – ações típicas	405
2.449.	hipóteses abstratas de admissibilidade	406
2.450.	homologação de atos de autocomposição	409
2.451.	decisões de mérito e certas sentenças terminativas	410

2.452.	as hipóteses típicas de rescindibilidade – enumeração taxativa	412
2.453.	prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, inc. I)	413
2.454.	decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (art. 966, inc. II)	415
2.455.	especificamente o juiz impedido (art. 966, inc. II)	416
2.456.	juízo absolutamente incompetente (art. 966, inc. II)	417
2.457.	dolo, coação, simulação ou colusão (art. 966, inc. II) ..	418
2.458.	ofensa à coisa julgada (art. 966, inc. IV)	420
2.459.	violação manifesta de norma jurídica (art. 966, inc. V) ..	422
2.460.	a Súmula n. 343 do Supremo Tribunal Federal	424
2.461.	prova falsa (art. 966, inc. VI)	427
2.462.	“prova nova” (art. 966, inc. VII)	430
2.463.	erro de fato (art. 966, inc. VIII)	432
2.464.	a ação rescisória na teoria da ação e do processo	433
2.465.	capacidade das partes e regularidade da representação .	433
2.466.	legitimidade ativa	434
2.467.	“aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção” (CPC, art. 967, inc. IV) ..	438
2.468.	falta de um trato unitário da legitimidade ativa para os recursos e para a ação rescisória	438
2.469.	legitimidade passiva	440
2.470.	interesse de agir (necessidade e adequação) – o trânsito em julgado	442
2.471.	competência	446
2.472.	prazo – início e contagem	450
2.473.	prazo – simultaneidade de sua fluência	452
2.474.	prazo – hipóteses de fluências não simultâneas	455

2.475.	sem prequestionamento	456
2.476.	“ação rescisória de ação rescisória”	456
2.477.	ação rescisória parcial ou integral	458
2.478.	objeto do processo da ação rescisória – juízo rescindente e juízo rescisório	459
2.479.	o juízo rescisório – o objeto do pedido de novo julgamento – limitação ao objeto do processo de origem	462
2.480.	o processo e o procedimento da ação rescisória	463
2.481.	a demanda inicial	463
2.482.	preparo	465
2.483.	depósito de cinco por cento do valor da causa	465
2.484.	ainda o procedimento da ação rescisória – as fases subsequentes	468
2.485.	contestação – revelia – não há efeito da revelia em ação rescisória	469
2.486.	o procedimento e o julgamento da ação rescisória	470
2.487.	reconvenção	472
2.488.	tutela urgente	474

**Capítulo CLXIII – Ação anulatória de decisão judicial
(*querela nullitatis*)**

2.489.	perfil sistemático do instituto	477
2.490.	admissibilidade	478
2.491.	pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito e procedimento da <i>querela nullitatis</i>	479
2.492.	a decisão que julga a <i>querela nullitatis</i>	481

**Capítulo CLXIV – Mandado de segurança contra ato
judicial**

2.493.	perfil sistemático do instituto	483
--------	---------------------------------------	-----

2.494.	limites da admissibilidade do mandado de segurança contra ato judicial	485
2.495.	natureza jurídica do mandado de segurança e pressupostos de seu julgamento pelo mérito	488
2.496.	legitimidade <i>ad causam</i> ativa	489
2.497.	legitimidade <i>ad causam</i> passiva	492
2.498.	interesse de agir	494
2.499.	outros pressupostos de admissibilidade	495
2.500.	competência	495
2.501.	tempestividade (prazo)	497
2.502.	a exigência de um direito líquido-e-certo	499
2.503.	o ato inicial de impetração	501
2.504.	o procedimento do mandado de segurança contra ato judicial	503
2.505.	tutela provisória	504
2.506.	os efeitos da decisão do tribunal sobre a causa originária – limites da coisa julgada material	505
2.507.	suspensão de efeitos por decisão do presidente do tribunal competente	508

Capítulo CLXV – *Habeas corpus* contra ato judicial

2.508.	perfil sistemático do instituto	511
2.509.	o âmbito da admissibilidade do <i>habeas corpus</i>	512
2.510.	pressupostos de admissibilidade	513
2.511.	legitimidade e interesse	514
2.512.	competência	515
2.513.	sem limitação temporal	516
2.514.	processo e procedimento	517
2.515.	efeitos da concessão do <i>writ</i>	519

Capítulo CLXVI – Reclamação

2.516.	perfil sistemático do instituto	521
--------	---------------------------------------	-----

2.517.	hipóteses de admissibilidade (adequação da via)	522
2.518.	ação autônoma e não recurso	522
2.519.	a primeira hipótese de admissibilidade da reclamação – a antiga correição parcial	524
2.520.	usurpação de competência ou inobservância de decisão do tribunal – hipóteses de admissibilidade (CPC, art. 988, incs. I-II)	525
2.521.	usurpação da competência dos tribunais	527
2.522.	inobservância de decisões dos tribunais	527
2.523.	inobservância de precedente vinculante (CPC, art. 988, incs. III-IV)	529
2.524.	legitimidade ativa	530
2.525.	legitimidade passiva	531
2.526.	coisa julgada e preclusão como limites à propositura da reclamação	531
2.527.	entre a reclamação e os recursos	533
2.528.	competência	534
2.529.	competência <i>per saltum</i>	535
2.530.	procedimento	535

Capítulo CLXVII – Ação anulatória de sentença arbitral

2.531.	perfil sistemático do instituto	539
2.532.	hipóteses de admissibilidade	541
2.533.	pressupostos de admissibilidade	549
2.534.	legitimidade e interesse de agir	550
2.535.	prazo	552
2.536.	competência	553
2.537.	procedimento comum – a petição inicial e os documentos	556
2.538.	reconvenção	558

2.539.	o julgamento da ação anulatória e seus efeitos	558
2.540.	tutela provisória	559

Capítulo CLXVIII – Impugnação ao cumprimento de sentença

2.541.	perfil sistemático do instituto	561
2.542.	falta ou nulidade de citação na fase de conhecimento ..	562
2.543.	nulidade da sentença arbitral	563

Capítulo CLXIX – Devolução oficial

2.544.	perfil sistemático do instituto	567
2.545.	hipóteses de devolução oficial	569
2.546.	a devolução oficial em leis especiais	571
2.547.	limitação valorativa	573
2.548.	outras exclusões	573
2.549.	os efeitos da remessa oficial – o resultado do julgamento	574
2.550.	sem razões, sem contrarrazões, sem sustentação oral e sem julgamento estendido – recurso especial ou extraordinário admissível	575